

BOLETIM INTERNO Nº 030

QUARTEL-GENERAL MARECHAL BITTENCOURT, BRASÍLIA, DF, 12 DE FEVEREIRO DE 2014.

Para conhecimento desta Secretaria, OMDS, CCIEEx e devida execução, publico o seguinte:

1ª PARTE - SERVIÇOS DIÁRIOS

Escala de Serviço à SEF no QGEx

Para o dia 13 FEV 14 qui

Cb D	Cb CAIO	- SEF
Portão (4) QGEx	Cb JHEFFERSON	- D Cont
Reforço ao QGEx	Cb DUARTE	- DGO
Permanência ao Guararapes	Cb MOREIRA	- CPEx
Permanência ao Contingente/SEF	Sd DA SILVA	- SEF
Reforço ao QGEx	Sd SANTOS LOPES	- D Cont

2ª PARTE - INSTRUÇÃO

Sem alteração

3ª PARTE - ASSUNTOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS

1. ASSUNTOS GERAIS

a. Alterações de Oficiais

Apresentação

Em 12 FEV 14

O Maj FERNANDO JOSÉ ALBUQUERQUE RIBEIRO e a 1º Ten LUCIANA OLIVEIRA POLICE DE FREITAS, ambos desta Secretaria, por término de férias e estarem prontos para o serviço.

Em consequência, a SG1/SEF e os interessados tomem as providências decorrentes.

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS (Contadoria Geral/1841) Cont BI Nº 030, de 12 FEV 14	Pag nº 2
--	--	-------------

b. Alterações de Praças

Apresentação

1) Em 11 FEV 14

O Sd LUIZ OTÁVIO DE ARAÚJO DE CASTRO por ter sido transferido para esta Secretaria, e estar pronto para o serviço.

(Solução ao DIEx nº 071-Cmt B Adm Ap/CMP, de 10 FEV 14)

2) Em 12 FEV 14

O S Ten ALEX SOUSA DA COSTA, Cb VITOR LUIZ MARQUES SANTIAGO e o Sd DIVALDO SOARES FERREIRA, todos desta Secretaria, por término de férias e estarem prontos para o serviço.

Em consequência, a SG1/SEF e os interessados tomem as providências decorrentes.

c. Diversos

1) Epígrafes dos Assuntos Publicados no BE Nº 6, de 7 FEV 14, de interesse desta Secretaria:

a) Projeto Estratégico do Exército - GUARANI

PORTARIA Nº 14-EME, DE 3 FEV 14

Aprova o Plano de Projeto do Projeto Estratégico do Exército - GUARANI.

b) Orientação Técnico-Pedagógica

PORTARIA Nº 15-EME, DE 4 FEV 14

Define “Orientação Técnico-Pedagógica” aos estabelecimentos de ensino e/ou OM com encargos de ensino vinculados ao Departamento de Educação e Cultura (DECEX) e estabelece novas atribuições ao referido Departamento relativas a esta atividade.

c) Efetivos de Militares de Carreira

PORTARIA Nº 23-DGP, DE 31 JAN 14

Fixa os percentuais de efetivos de militares de carreira previstos para o completamento de pessoal das Organizações Militares do Exército.

d) Exame de Pagamento de Pessoal

PORTARIA Nº 02-SEF, DE 3 FEV 14

Aprova as Normas para o Exame de Pagamento de Pessoal (EB90-N-02.001), 1ª Edição, 2014.

Cont BI Nº 030, de 12 FEV 14

2) Curso de Estado-Maior Conjunto - CEMC/14

A DCEM informa que o aplicativo de inscrição para o processo seletivo para o Curso de Estado-Maior Conjunto - CEMC/14 estará disponível a partir das 1000h (horário de Brasília) do dia 10 FEV 14 até às 2000h (horário de Brasília) do dia 24 FEV 14, para o candidato; e até às 2000h do dia 5 MAR 14, para o Encarregado de Pessoal e Homologador da OM. Maiores detalhes sobre o assunto estão disponíveis na Nota Informativa referente ao curso, na página eletrônica da DCEM, na internet, no seguinte endereço: <http://portal.dcem.dgp.eb.mil.br> no menu: Seções - Seleção - Processos Seletivos - Cursos da ESG - Nota Informativa (selecionar a Nota Informativa do processo em tela).

(Nota nº 157-SG1/SEF, de 11 FEV 14)

Em consequência, a SG1/SEF, as OMDS, o CCIEx e os interessados tomem as providências decorrentes.

3) Prestação de Tarefa por Tempo Certo - Efetivo - Transcrição

“PORTARIA Nº 21-DGP, DE 29 JAN 14

Fixa a distribuição máxima do efetivo de militares inativos que poderão ser nomeados para a Prestação de Tarefa por Tempo Certo no Órgão de Direção Geral, Órgãos de Direção Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante do Exército e nos Comandos Militares de Área.

O CHEFE DO DEPARTAMENTO-GERAL DO PESSOAL, no uso da atribuição conferida pelo art. 2º da Port nº 59-Cmt Ex, de 7 FEV 13, resolve:

Art. 1º Tendo em vista atender nova sistemática para a distribuição de cota de vagas para Prestadores de Tarefa por Tempo Certo, redistribuir o efetivo de militares inativos que poderão ser nomeados, conforme o seguinte:

Órgão Enquadrante	Previsto	
	Oficiais	Praças
SEF	70	18

Art. 2º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.”

(Transcrito do BE Nº 6, de 7 FEV 14)

(Nota nº 151-SG1/SEF, de 10 FEV 14)

Em consequência, a SG1/SEF, as OMDS, o CCIEx e os interessados tomem as providências decorrentes.

Cont BI Nº 030, de 12 FEV 14

4) Sistema de Registro de Preços (SRP) - Transcrição

“PORTARIA Nº 01-SEF, DE 27 JAN 14

Normatiza, no âmbito do Exército, o Sistema de Registro de Preços (SRP).

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, combinado com o inciso I do art. 6º do Regulamento da SEF (R-25), aprovado pela Port nº 015-Cmt Ex, de 2004, pois trata especificamente da proposição de normas e procedimentos relativos às atividades de administração financeira, contabilidade e controle interno, resolve:

Art. 1º Normatizar, no âmbito do Exército, a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), instituído pelo Dec nº 7.892, de 23 JAN 13.

Art. 2º O SRP é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras.

Art. 3º As aquisições de bens e as prestações de serviços com a utilização do SRP deverão obedecer ao disposto no Dec nº 7.892/2013, bem como nas regulamentações do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), no disposto nesta Portaria e demais orientações baixadas por esta Secretaria.

Art. 4º Para os efeitos desta Portaria são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços (SRP) - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - Ata de Registro de Preços (ARP) - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, unidades gestoras (UG) e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - Unidade Gestora Gerenciadora - (UGG) unidade responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

IV - Unidade Gestora Participante - (UGP) unidade que participa dos procedimentos iniciais do SRP e integra a ARP;

V - Unidade Gestora Não Participante - (UGNP) unidade que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços; e

VI - Intenção de Registro de Preços (IRP) - ferramenta, disponível no site do Portal de

Compras do Governo Federal - COMPRASNET (www.comprasnet.gov.br) para registro e divulgação dos itens a serem registrados.

Art. 5º As aquisições por meio do SRP no âmbito do Comando do Exército devem ser preferencialmente utilizadas nas seguintes hipóteses:

I - quando pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de uma Organização Militar (OM); e

IV - quando pela natureza do objeto a adquirir não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração da UG.

Art. 6º Caberá a UGG a prática de todos os atos de controle e administração do SRP e, ainda, o seguinte:

I - registrar sua intenção de registro de preços no Portal de Compras do Governo Federal (COMPRASNET);

II - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

IV - realizar pesquisa de mercado para identificação detalhada do objeto e do valor estimado da licitação e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelas UGP;

V - confirmar junto às UGP a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico;

VI - realizar o procedimento licitatório;

VII - convocação dos interessados, por meio de publicação do extrato do Edital, independentemente do valor estimado, no COMPRASNET, no Diário Oficial da União (DOU) e facultativamente, conforme o vulto da licitação, sob inteira responsabilidade do Ordenador de Despesas, em jornal de grande circulação;

VIII - gerenciar a ARP;

Cont BI Nº 030, de 12 FEV 14

IX - conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

X - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, pelo devido processo legal, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório;

XI - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações; e

XII - verificar junto ao fornecedor a possibilidade de fornecimento de bens ou serviços registrados à UGNP.

§ 1º A ARP, disponibilizada no COMPRASNET, poderá ser assinada por certificação digital.

§ 2º A UGG poderá solicitar auxílio técnico às UGP para execução das atividades previstas nos incisos III, IV e VI do *caput*.

Art. 7º A UGP será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, devendo encaminhar à UGG, a sua estimativa de consumo, o local de entrega e, quando couber, o cronograma de contratação e respectivas especificações, ou o termo de referência, ou o projeto básico, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.520/2002, adequados ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto a UGG, mediante a utilização da IRP, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - tomar conhecimento da ARP, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

Parágrafo único. Cabe a UGP aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências a UGG.

Art. 8º As licitações utilizando o SRP deverão ser realizadas, obrigatoriamente, nas modalidades de pregão ou de concorrência tipo menor preço, respeitadas as disposições da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.520/2002 e suas atualizações, o Dec nº 3.555/2000 e suas atualizações, o Dec nº 5.450/2005 e o Dec nº 7.892/2013.

§ 1º No caso da concorrência, o julgamento por técnica e preço poderá ser excepcionalmente adotado, a critério da UGG e mediante autorização e despacho fundamentado da autoridade superior.

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral/1841)**

Cont BI Nº 030, de 12 FEV 14

Pag nº
7

§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Art. 9º A UGG poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

§ 1º No caso de serviços, a divisão se dará em função da unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados, e será observada a demanda específica de cada UGP do certame.

§ 2º Na situação prevista no § 1º, deverá ser evitada a contratação, em uma mesma UG, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, em uma mesma localidade, para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

Art. 10. O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, e contemplará, no mínimo:

I - a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - estimativa de quantidades a serem adquiridas pela UGG e UGP;

III - estimativa de quantidades a serem adquiridas por UGNP, observado o disposto no § 1º, do art. 15, desta portaria, no caso de a UGG admitir adesões;

IV - quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

V - condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

VI - prazo de validade da ARP não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/1993;

VII - UGP do registro de preço;

VIII - modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;

IX - penalidades por descumprimento das condições; e

X - minuta da ata de registro de preços como anexo.

Cont BI Nº 030, de 12 FEV 14

§ 1º O edital poderá admitir, como critério de julgamento, o menor preço aferido pela oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, desde que tecnicamente justificado.

§ 2º Quando o edital previr o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos custos variáveis por região.

§ 3º A estimativa a que se refere o inciso III, do *caput*, não será considerada para fins de qualificação técnica e qualificação econômico-financeira na habilitação do licitante.

§ 4º Quando o edital previr termo contratual ou outro instrumento substitutivo, as regras constantes na minuta da UGG deverão ser seguidas pelas UGP e UGNP.

§ 5º A minuta do contrato da UGNP deverá passar por aprovação da sua assessoria jurídica, observando-se a necessária adequação das partes, do local de entrega e da origem do orçamento.

Art. 11. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

Parágrafo único. A apresentação de novas propostas na forma do *caput* não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

Art. 12. O SRP, no âmbito do Exército, obedecerá ao planejamento dos órgãos setoriais e seus órgãos técnicos normativos quanto aos procedimentos para aquisição dos bens e serviços peculiares aos sistemas sob sua responsabilidade, o qual regulará se as licitações e respectivas compras serão realizadas centralizadamente pelo próprio órgão, ou por alguma UG vocacionada em âmbito regional ou diretamente pelas UG interessadas.

§ 1º As aquisições de bens e serviços comuns a diversas OM deverão ser realizadas no âmbito das guarnições sob a coordenação do seu respectivo comandante da guarnição.

§ 2º Poderá ser constituído, a critério do comandante da guarnição, um grupo de coordenação e acompanhamento das licitações e contratos (GCALC), formado pelos fiscais administrativos das UG.

§ 3º Na Guarnição de Brasília, o SRP será realizado para as UG com instalações sediadas no Quartel-General do Exército, sob a coordenação de um GCALC chefiado pela Base Administrativa do Quartel-General do Exército (B Adm QGEx). As demais UG da Guarnição de Brasília executarão o SRP, mediante a coordenação de um GCALC chefiado pelo Cmt 11ª RM.

§ 4º As UG poderão realizar suas próprias licitações de bens e serviços comuns caso julguem que sua realização individual seja mais vantajosa para a Administração do que sua participação no SRP.

Art. 13. Os GCALC serão formados pelos fiscais administrativos das UGP, com vistas a:

Cont BI Nº 030, de 12 FEV 14

I - definir, de forma consensual, as licitações sob responsabilidade de cada UGG;

II - coordenar as atividades das UGG e UGP de cada licitação;

III - fiscalizar os andamentos de cada processo;

IV - propor as devidas adaptações e melhorias nos procedimentos adotados, bem como à presente portaria; e

V - medir os benefícios das aquisições centralizadas quanto à economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.

§ 1º Os GCALC, quando julgarem pertinente, poderão convocar os fiscais de contrato, os técnicos responsáveis pela elaboração das requisições e/ou os editais de licitação, a fim de assessorar na elaboração e execução do processo licitatório, por parte das UGG.

§ 2º Caberá aos GCALC sugerir um calendário geral com os prazos para a execução dos procedimentos licitatórios e a previsão dos períodos para a entrada em vigor das ARP, a fim de orientar e facilitar os processos administrativos, por parte das UGG, com oportunidade.

Art. 14. A capacitação de pessoal das UG para exercer as atividades no SRP será realizada pelo Instituto de Economia e Finanças do Exército (IEFEx) em parceria com a respectiva Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército (ICFEx) do âmbito das Regiões Militares, mediante treinamentos específicos, e quando for possível, também, por intermédio de outros órgãos ou entidades da Administração Pública.

Art. 15. A ARP, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer UGNP, mediante prévia consulta à UGG, desde que haja anuência expressa da mesma e, ainda, não ultrapassando o limite de 100% do quantitativo registrado.

§ 1º As adesões à ata de registro de preços, desde que previstas em edital, não poderão exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para a UGG e demais participantes.

§ 2º A UGG somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por UG integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pela UGG.

§ 3º O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no COMPRASNET e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

§ 4º As UG que realizarem processos licitatórios utilizando o SRP deverão anexar aos referidos processos de licitação a impressão da relação de preços praticados para o bem pretendido, extraída do módulo gerencial do COMPRASNET e também realizar ampla pesquisa de mercado.

Cont BI Nº 030, de 12 FEV 14

§ 5º As UGG deverão informar imediatamente as ICFEx, via mensagem no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), sobre a abertura de IRP.

§ 6º Na fase de planejamento, a demanda levantada pelas UG interessadas será mediante a confecção de um demonstrativo de necessidades para registro de preços que virá acompanhado de despacho da autoridade competente.

§ 7º O demonstrativo de necessidades para registro de preços deverá conter no mínimo, discriminação dos itens, quantidade demandada, unidade de medida, quantidade mínima a ser entregue por item.

§ 8º A requisição será confeccionada por ocasião da aquisição do item registrado.

§ 9º O termo contratual utilizado pelas UGP e UGNP seguirão as regras estabelecidas na minuta de contrato constante no instrumento convocatório da UGG.

§ 10. O edital e a ARP, no período de suas vigências, são documentos obrigacionais e norteadores do registro de preços. Na aquisição, as UGP e UGNP serão responsáveis pela assinatura e fiscalização dos seus próprios contratos.

§ 11. Após a autorização da UGG, a UGNP deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§ 12. Compete à UGNP os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências à UGG.

§ 13. É vedado aderir a ARP gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual.

Art. 16. Consideram-se bens serviços comuns, para fins de realização de aquisições centralizadas, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

Art. 17. As peças mínimas que devem compor o processo de adesão à ARP, na qualidade de UGP, autuado, numerado, protocolado e arquivado junto à seção de conformidade dos registros de gestão, são os seguintes:

I - termo de abertura do processo de adesão;

II - demonstrativo de necessidades para registro de preços, com despacho do ordenador de despesas;

III - pesquisas de preço com pelo menos 3 (três) orçamentos que comprovem vantagem administrativa da adesão, delegação a cargo do gerenciador;

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS (Contadoria Geral/1841) Cont BI Nº 030, de 12 FEV 14	Pag nº 11
--	--	--------------

IV - justificativa da necessidade do Ordenador de Despesas;

V - solicitação de adesão à UGG, constando o demonstrativo de necessidades para registro de preços;

VI - minuta de contrato, à luz do edital de origem, caso a adesão exija termo de contrato;

VII - requisições das aquisições e despacho do Ordenador de Despesas (determinando providências, fonte de recursos, justificativas, etc.);

VIII - consulta impressa da situação regular do fornecedor no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), na emissão da nota de empenho (NE);

IX - consulta impressa da situação do fornecedor contemplado no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) na data da emissão da NE;

X - consulta impressa da situação regular do fornecedor perante a Justiça do Trabalho;

XI - nomeação do fiscal de contrato, se for o caso;

XII - NE e termo de contrato, quando for o caso;

XIII - documentos que comprovem o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato; e

XIV - termo de encerramento do processo administrativo, quando cessadas as obrigações.

Art. 18. As peças mínimas que devem compor o processo de adesão à ARP, na qualidade de UGNP, autuado, numerado, protocolado e arquivado junto à seção de conformidade dos registros de gestão, são os seguintes:

I - termo de abertura do processo de adesão;

II - demonstrativo de necessidades para registro de preços, com despacho do Ordenador de Despesas;

III - pesquisas de preço com pelo menos 3 (três) orçamentos que comprovem vantagem administrativa da adesão;

IV - justificativa da necessidade do Ordenador de Despesas;

V - solicitação de adesão à UGG, constando no mínimo a identificação do item da ata, a quantidade e o prazo de utilização;

VI - documento da UGG concedendo a correspondente autorização;

VII - cópia do edital e ARP, ou pelo menos das partes em que devam constar dados como o

	<p align="center">MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS (Contadoria Geral/1841)</p> <p align="center">Cont BI Nº 030, de 12 FEV 14</p>	<p align="center">Pag nº 12</p>
--	---	-------------------------------------

item de interesse (quantidade e preço), fornecedor e a vigência da própria ata SRP;

VIII - minuta de contrato, à luz do edital de origem, caso a adesão exija termo de contrato;

IX - parecer jurídico sobre a minuta de contrato, caso a adesão exija termo de contrato;

X - requisições das aquisições e despacho do Ordenador de Despesas (determinando providências, fonte de recursos, justificativas, etc);

XI - consulta impressa da situação regular do fornecedor no SICAF, na emissão da NE;

XII - consulta impressa da situação do fornecedor contemplado no CADIN na data da emissão da NE;

XIII - consulta impressa da situação regular do fornecedor perante a Justiça do Trabalho;

XIV - nomeação do fiscal de contrato se for o caso;

XV - NE e termo de contrato, quando for o caso;

XVI - documentos que comprovem o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato; e

XVII - termo de encerramento do processo administrativo, quando cessadas as obrigações.

Art. 19. As peças que devem compor o processo de licitação da UGG, além dos regularmente previstos, devem ser as seguintes:

I - demonstrativo de necessidades para registro de preços, com despacho do Ordenador de Despesas;

II - demonstrativo de necessidades para registro de preços, com despacho do Ordenador de Despesas das UGP;

III - termo de referencia da UGP, caso solicitado;

IV - solicitação de adesão de UGNP, quando for o caso;

V - solicitação ao fornecedor para nova adesão de UGNP;

VI - documento formal do fornecedor autorizando a adesão; e

VII - comunicação a UGNP sobre autorização ou não à adesão.

Art. 20. As atas de registro de preços vigentes, decorrentes de certames realizados sob a vigência do Dec nº 3.931, de 19 SET 01, poderão ser utilizadas pelos órgãos gerenciadores e participantes, até o término de sua vigência.

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral/1841)**

Cont BI Nº 030, de 12 FEV 14

Pag nº
13

Art. 21. São proibidas as adesões às atas de registro de preços dos órgãos das esferas estaduais e municipais.

Art. 22. Os casos não previstos nesta portaria serão resolvidos pelo Secretário de Economia e Finanças.

Art. 23. Estabelecer que esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 24. Revogar a Portaria 006-SEF, de 15 OUT 03.”

(Transcrito do BE Nº 6, de 7 FEV 14)

(Nota nº 152-SG1/SEF, de 10 FEV 14)

Em consequência, a SG1/SEF, SG4/SEF, as OMDS, o CCIEx e os interessados tomem as providências decorrentes.

5) Comissão de Exame de Dados Individuais - Relatório e Solução

a) Relatório

OM: SEF	BI que determinou o exame: BI/SEF Nº 235, de 11 DEZ 13.			
P ou Grad	QMS	Idt	Nome	Alterações
1º Ten	QAO Adm G	050927543-4	WILSON DIAS DOS SANTOS	I1, V1, D1
S Ten	Int	018545323-0	JOSÉ AUCION CARDOSO RODRIGUES	I4, V4, D1
S Ten	MB Mn Auto	011461393-8	LUIZ OTÁVIO ANTHERO	I4, V4, D1
S Ten	Inf	112445893-4	JOSÉ PAULO MONTEIRO DA SILVA	I4, V4, D1
S Ten	Cav	036721423-6	LUIS ROGÉRIO FLORES FERREIRA	I2, V2, D1
1º Sgt	Inf	041995144-7	CLAUDIOMIRO CORADINI TRINDADE	I3, V3, D1
1º Sgt	Inf	020389244-3	MÁRCIO JÚNIOR DOS SANTOS	I4, V4, D1

Legenda

1. Ficha Individual:

(I1) - não consta, na Ficha Cadastro do SiCaPEX, o documento de publicação de promoção a Cb, 3º Sgt, 2º Sgt e 1º Sgt;

(I2) - não consta, na Ficha Cadastro do SiCaPEX, o documento de publicação de promoção a Cb, 3º Sgt e 2º Sgt;

(I3) - não consta, na Ficha Cadastro do SiCaPEX, a data e o documento de publicação de promoção a 3º Sgt e 2º Sgt.; e

(I4) - sem alteração.

Cont BI Nº 030, de 12 FEV 14

2. Ficha de Valorização do Mérito:

(V1) - não consta, na Ficha de Valorização do Mérito, o curso de Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literatura; o 3º TAF de 2011; os 1º, 2º e 3º TAF 2013; e o TAT de 2013;

(V2) - não constam, na Ficha de Valorização do Mérito, os 1º, 2º e 3º TAF 2013 e o TAT de 2013;

(V3) - não constam, na Ficha de Valorização do Mérito, o 3º TAF 2013 e o TAT de 2013; e

(V4) - sem alteração.

3. Ficha Disciplinar:

(D1) - sem alteração.

Quartel em Brasília, 31 de janeiro de 2014. (Assn) MILENA CÂNDIDA DE MEDEIROS JUSTO - Cap - Chefe da Comissão de Exame.

b) Solução

No Exame das Fichas Cadastro, de Valorização do Mérito e Disciplinar dos militares de carreira, mandado proceder por intermédio da comissão designada pelo BI/SEF Nº 235, de 11 DEZ 13, dei a seguinte solução:

(1) aprovo o presente Relatório;

(2) os militares deverão apresentar a documentação necessária a fim de que possa corrigir ou incluir, na sua Ficha Cadastro do SiCaPEX, as alterações encontradas, conforme a legislação em vigor; e

(3) publique-se este Relatório e a respectiva solução em Boletim Interno e archive-se na SG1/SEF.

(Nota nº 153-SG1/SEF, de 10 FEV 14)

Em consequência, a SG1/SEF e os interessados tomem as providências decorrentes.

6) Certificado - Apresentação

O S Ten SILVANO DANTAS DE SOUZA, desta Secretaria, apresentou em 6 FEV 14, o certificado de conclusão do Curso de Bacharel em Administração, datado de 2 JUL 13, realizado na Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Tubarão/SC.

(Nota nº 156-SG1/SEF, de 11 FEV 14)

Em consequência:

a) a SG1/SEF designe um militar para realizar a verificação de validade e veracidade das informações contidas no mencionado certificado e histórico; e

b) os interessados tomem as providências decorrentes.

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS (Contadoria Geral/1841) Cont BI Nº 030, de 12 FEV 14	Pag nº 15
--	--	--------------

7) Verificação da Validade e Veracidade de Informações - Designação

Designo o S Ten LUIZ OTÁVIO ANTHERO, desta Secretaria, para verificar a validade e a veracidade das informações contidas no diploma e histórico supracitado, de acordo com o previsto no item 3 da letra “c” do Nr 5 da Port nº 096-DGP, de 15 JUN 05.

(Nota nº 156-SG1/SEF, de 11 FEV 14)

Em consequência:

- a) o militar designado deverá comparecer à SG1/SEF para receber as orientações necessárias para proceder a verificação; e
- b) a SG1/SEF e os interessados tomem as providências decorrentes.

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

a. CADBEN/FUSEx - Inclusão de Dependente - DIEx recebido - Transcrição

Esta Secretaria recebeu o DIEx nº 416-SG1/D Cont, de 17 JUL 13, abaixo transcrito:

“1. Trata o presente expediente sobre recadastramento de beneficiário dependente do FUSEx de militar dessa diretoria.

2. Remeto os documentos, constantes do anexo, a fim de que se proceda o recadastramento da Srta LOUISE MUNIZ PEREIRA, como beneficiária dependente do 2º Ten RAIMUNDO PEREIRA DOS SANTOS, de acordo com o inciso IV do art. 22 das IR 30-39. Por ordem do Diretor de Contabilidade. (Assn) VICENTE GARRONE PALMA VELLOSO - Cel Subdiretor de Contabilidade.”

(Nota nº 154-SG1/SEF, de 10 FEV 14)

Em consequência, tendo em vista que a Srta LOUISE MUNIZ PEREIRA, dependente (filha - maior de 24 anos) do 2º Ten RAIMUNDO PEREIRA DOS SANTOS, da D Cont, atende a todos os requisitos legais e necessários para o recadastramento no FUSEx, comprovado com a apresentação de toda a documentação exigida pela legislação, por intermédio da Sindicância mandada instaurar pelo Diretor de Contabilidade Interino, seja realizado, por intermédio do BID-ONLINE, o recadastramento da referida dependente no CADBEN/FUSEx.

b. Diárias e Passagem - Concessão

A fim de participar da Reunião do Grupo de Trabalho (GT) para Remuneração dos Militares, na Diretoria de Finanças da Marinha do Brasil, na guarnição do Rio de Janeiro/RJ, no dia 25 FEV 14, conforme solicitado com o DIEx nº 18-AOFin/SEF, de 29 JAN 14, os militares, abaixo relacionados, fazem jus à 1,5 (uma e meia) diária e às passagens aéreas nos trechos Brasília/DF - Rio de Janeiro/RJ

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS (Contadoria Geral/1841) Cont BI Nº 030, de 12 FEV 14	Pag nº 16
--	--	--------------

- Brasília/DF, conforme discriminado abaixo:

Gen Bda EDUARDO CASTANHEIRA GARRIDO ALVES - Ch AOFin;
 CPF: 569.170.157-68;
 Banco/AG/CC: 001 / 4883-6 / 607802-8; e
 Órgão: AOFin.

Valor Unitário da Diária (R\$)	Qtd Diárias	Valor a Receber (R\$)
321,10 (trezentos e vinte e um reais e dez centavos)	1,5	481,65 (quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta e cinco centavos)
Passagens.....		951,92 (novecentos e cinquenta e um reais e noventa e dois centavos)

Maj ALEXANDRE DE OLIVEIRA BLEASBY;
 CPF: 022.239.797-77;
 Banco/AG/CC: 033 / 3265 /01001571-1; e
 Órgão: AOFin.

Valor Unitário da Diária (R\$)	Qtd Diárias	Valor a Receber (R\$)
267,90 (duzentos e sessenta e sete reais e noventa centavos)	1,5	401,85 (quatrocentos e um reais e oitenta e cinco centavos)
Passagens.....		951,92 (novecentos e cinquenta e um reais e noventa e dois centavos)

Maj ALAN DA SILVA DINIS;
 CPF: 034.193.297-33;
 Banco/AG/CC: 001 / 4598-5 / 6607-9; e
 Órgão: AOFin.

Valor Unitário da Diária (R\$)	Qtd Diárias	Valor a Receber (R\$)
267,90 (duzentos e sessenta e sete reais e noventa centavos)	1,5	401,85 (quatrocentos e um reais e oitenta e cinco centavos)
Passagens.....		951,92 (novecentos e cinquenta e um reais e noventa e dois centavos)

Obs: os militares deverão realizar o CHECK-IN, no mínimo 24 horas de antecedência do horário previsto para o embarque, haja vista que a empresa responsável pela aquisição das passagens aéreas pode não ter tempo hábil para informar eventuais mudanças nos horários dos voos; e
 (Nota nº 17-Asse 3/SEF, de 5 FEV 14)

Em consequência, a SG4/SEF providencie o pagamento das diárias e o fornecimento das passagens aos militares supracitados.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral/1841)

Pag nº
17

Cont BI Nº 030, de 12 FEV 14

c. Diárias - Concessão

1) 7ª ICFEx

A fim de realizar Visita de Orientação Técnica (VOT) nas cidades de Bayeux/PB e Campina Grande/PB, no período de 10 a 14 MAR 14, conforme o PIV-2014 e o solicitado no DIEx nº 7-S4/7ª ICFEx, de 30 JAN 14, os militares, abaixo relacionados da 7ª ICFEx, fazem jus à 2,0 (duas) diárias em Bayeux/PB e 2,5 (duas e meia) diárias em Campina Grande/PB, conforme discriminado abaixo:

P ou Grad	Nome	Diárias	
		Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
Maj	GIOVANNI ANGNELLO CORREA DE OLIVEIRA	211,50 (duzentos e onze reais e cinquenta centavos)	951,75 (novecentos e cinquenta e um reais e setenta e cinco centavos)
2º Ten	JANINA MAINARDI NUNES	177,00 (cento e setenta e sete reais)	796,50 (setecentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos)
S Ten	NIVALDO SABINO DOS SANTOS	177,00 (cento e setenta e sete reais)	796,50 (setecentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos)
1º Sgt	ELIZEU ALBINO DA SILVA	177,00 (cento e setenta e sete reais)	796,50 (setecentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos)
Svd Civ	WELLINGTON ROBERTO DE ARAÚJO	177,00 (cento e setenta e sete reais)	796,50 (setecentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos)
Total.....			4.137,75 (quatro mil, cento e trinta e sete reais e setenta e cinco centavos)

(Nota nº 18-Asse 3/SEF, de 10 FEV 14)

Em consequência:

a) a DGO repasse para a 7ª ICFEx o valor total das diárias de R\$ 4.137,75 (quatro mil, cento e trinta e sete reais e setenta e cinco centavos) e informe na NC que o crédito se destina à Visita de Auditoria nas cidades de Bayeux/PB e Campina Grande/PB; e

b) a 7ª ICFEx tome as providências decorrentes.

2) 10ª ICFEx

Por ter participado da passagem de comando do 2º BEC, na cidade de Teresina/PI, nos dias 15 e 16 JAN 14, conforme informado no DIEx nº 161-S4/SCh/Ch/10ª ICFEx, de 29 JAN 14, o militar, abaixo relacionado da 10ª ICFEx, faz jus à 1,5 (uma e meia) diárias, conforme discriminado abaixo:

Posto	Nome	Diárias (*)	
		Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
Cel	ÁLVARO LOPES DOS SANTOS	239,70 (duzentos e trinta e nove reais e setenta centavos)	454,55 (quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)

Obs: (*) O acréscimo de embarque e desembarque de R\$ 95,00 (noventa e cinco reais) está incluído no valor total das diárias do militar, conforme previsto no Dec nº 6.907, de 21 JUL 09.

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS**
(Contadoria Geral/1841)

Pag nº
18

Cont BI Nº 030, de 12 FEV 14

(Nota nº 19-Asse 3/SEF, de 7 FEV 14)

Em consequência:

- a) a DGO repasse para a 10ª ICFEx (P R Mnt/10) o valor total das diárias de R\$ 454,55 (quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos) e informe na NC que o crédito se destina à passagem de comando do 2º BEC, na cidade de Teresina/PI; e
- b) a 10ª ICFEx tome as providências decorrentes.

d. Domicílio Bancário - Alteração

Seja alterado, para fim de recebimento de remuneração, o domicílio bancário do S Ten PAULO CÉSAR DOVAL, do CCIEEx, conforme dados abaixo:

De	Para
Banco: 104 (Caixa Econômica Federal) Agência: 0009 Conta corrente: 00100021049-5	Banco: 104 (Caixa Econômica Federal) Agência: 0349 Conta corrente: 00100024891-2

(Solução ao DIEx nº 48-Seç Adm.1/CCIEEx, de 5 FEV 14)

(Nota nº 155-SG1/SEF, de 11 FEV 14)

Em consequência, a SG1.2-Remun/SEF providencie a alteração do domicílio bancário do militar supracitado.

4ª PARTE - JUSTIÇA E DISCIPLINA

Sem alteração

Gen Ex ARAKEN DE ALBUQUERQUE
Secretário de Economia e Finanças